

O PAPEL DA ESCOLA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

Josiane Aparecida Leite
Acadêmica do Curso de Pedagogia – UNIPTAN
jleite770@gmail.com

Resumo

O presente trabalho por objetivo mostrar como era a realidade do deficiente através de leituras realizadas e exposta de forma explícita neste trabalho, numa dimensão geral o deficiente era discriminado no passado e muitas vezes deixados a deriva até a morte. Hoje as pessoas com necessidades educacionais especiais ao menos possuem leis que afirmam seus direitos e deveres como cidadãos de uma sociedade diversificada. O trabalho mostra quando surgiu a necessidade de se falar do deficiente, como foram criadas as leis que o amparam e expor o papel que a escola tem perante o processo de inclusão. O artigo foi elaborado através de leituras, pesquisas bibliográficas, observação e levantamento de questionário para trazer a realidade do deficiente na atualidade, realizado em uma escola da rede municipal de ensino. O trabalho traz que ainda se tem o idealismo para o processo de inclusão, mas que a realidade sempre deixa a desejar quanto ao ensino a esses alunos com necessidades educacionais especiais, a escola tenta ser um ambiente inclusivo, porém não apoio suficiente para se tornar tal qual como deseja. Por fim o artigo mostra a realidade de uma escola da rede municipal de ensino, que possui alguns alunos deficientes, mas que possui dificuldades para adaptação a esses alunos.

Palavras-chave: Deficiente. Escola. Inclusão. Realidade

Introdução

A escola percorre por momentos difíceis de incerteza e insegurança frente ao método de inclusão dos alunos com deficiência. Ainda é muito difícil levar o deficiente para a escola, pois nem sempre há profissionais ou pessoas que possam ficar responsáveis por essa criança ou adolescente que precisa de um cuidado diferenciado.

A inclusão escolar ainda não é vista pelas pessoas que estão na escola ou fora dela como algo bom e fácil, que favorecerá a todos. Muitos acreditam que a inclusão fará com que esses profissionais tenham trabalho redobrado e que a turma poderá ficar atrasada no ensino. Mas, incluir é necessário para que os estudantes com necessidades educacionais especiais possam interagir mais socialmente com os seres humanos considerados normais.

A escola precisa ser reinterpretada e deixar de seguir os modelos que o mundo impõe, de que a escola deve ser um lugar para pessoas “normais”, e sim

seguir as leis que determinam que a escola seja para todos, inclusive para as pessoas com necessidades educacionais especiais. A escola não pode continuar ignorando o fato de que existem pessoas diferentes/deficientes, pois hoje existe uma diversidade humana muito grande, e com isso a escola deve se adaptar para trabalhar com todos os tipos de alunos. A escola é de todos e para todos sem discriminação.

Para conseguir que a escola se torne inclusiva é preciso redefinir seus planos de ensino, se voltar para a cidadania global, livre de preconceitos, e valorizar as diferenças. E para atingir o objetivo de a escola receber os alunos deficientes é necessário um apoio geral, entre funcionários, profissionais da educação, alunos, pais, comunidade e o Governo, de forma que se torne um movimento coletivo para inclusão de todos os alunos na escola.

A inclusão é um processo de idealismo, por todos pensarem o que deve ser feito, ou o que deve ser levado em consideração, mas a realidade ainda é muito dura e imperfeita. O aluno deficiente necessita de apoio específico, de atenção maior e de recursos específicos para cada deficiência.

Assim, busca-se delinear uma análise teórica sobre o processo de inclusão escolar, com o início do momento em que se viu o dever de levar o deficiente para o ambiente escolar. Será pesquisada a diferença entre integração e inclusão, qual modelo é necessário. Será feita uma pesquisa histórica sobre o processo de inclusão, quando surgiu esse termo, como era visto o deficiente na antiguidade. Por fim, foi também realizada uma pesquisa prática, para que se pudesse observar a realidade do deficiente no sistema regular de ensino.

Para tanto, utilizamos documentos legais, históricos, livros e artigos, bem como o resultado da realização de um questionário em forma de entrevista voltada para um(a) professor(a), pra diretor(a) e pra alguns alunos.

1. Contexto Histórico

O processo de inclusão é um fato abordado desde muitos séculos atrás, quando se viu que os deficientes eram negligenciados, abandonados e excluídos, sendo muitas vezes ignorados e linchados da sociedade, pois essas pessoas eram consideradas imbecis, retardados e doentes.

Identificam quatro estágios no desenvolvimento do atendimento às pessoas que apresentam deficiências: [...] primeira fase [...] Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas,

e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais [...] Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados – pessoa normal. (KIRK e GALLACHER, 1979, s.p. apud MIRANDA, 2003, p.2)

Os deficientes não teriam direito sequer de conviver naturalmente com as pessoas “normais”. A participação destes na sociedade era estritamente restrita. Às vezes ficavam presos dentro de suas residências ou em sanatórios. A própria família não respeitava a deficiência da criança ou adolescente. Assim, o deficiente viveu por muitos anos sendo excluído de uma vida digna e social.

[...] até o século XVIII, a exclusão acontecia amplamente, ou seja, pessoas com necessidades eram excluídas da sociedade para qualquer tipo de atividade, pois eram consideradas inválidas, sem utilidade e incapazes para trabalhar, características estas atribuídas indistintamente a todos que tivessem alguma deficiência. Nesta fase, nenhuma atenção educacional era promovida. (CAPELLINI, s.d., p. 3)

A exclusão desses deficientes era absurdamente inaceitável, eram rejeitados ao ponto de ficarem expostos em locais abertos onde eram comidos por animais ou morriam por não terem como se proteger da fome, frio, cedo, etc.

Foi o terrível espetáculo de crianças mortas de fome e de frio, ou devoradas por cães ou porcos que inspirou aos governos das cidades à ideia da criação da "roda". A "roda" era um aparelho mecânico formado por um cilindro, fechado por um dos lados, que girava em torno de um eixo, e ficava incrustado nos muros dos conventos, por onde frades ou freiras recebiam cartas, alimentos ou remédios, e onde há muito, era costume colocarem-se crianças enjeitadas. Foi devido a relativa proteção que proporcionava à criança contra os perigos já mencionados e a preservação do anonimato, obviamente desejado por quem as abandonava, que as "rodas" foram adotadas nas cidades. (MESGRAVIS, s.d., p.403)

Como visto acima os deficientes eram excluídos, torturados, jogados fora como se fossem lixo. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo VI afirma que ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Ter um filho deficiente para muitos era uma vergonha, não se via utilidade para essas crianças. Por isso a “roda” era opção para aqueles que não queriam expor seus filhos ou cuidar deles. O destino dessas crianças era um anonimato, ninguém podia saber que deu essa criança nem quem a recebeu.

Depois de recolhidas nas "rodas" as crianças recebiam os mais variados destinos conforme o sistema adotado na localidade em questão. O mais comum parece ter sido a entrega à amas que as aleitavam, estipendiadas pelas paróquias ou municipalidades. Mais tarde ficavam sob a responsabilidade de particulares que se propunham a sustentá-las e ensinar-lhes um ofício. A administração da "roda", a escolha das amas e dos criadores dos enjeitados, assim como dos asilos, que completavam esse sistema de amparo à infância, era geralmente confiada pelas cidades

à confrarias, mediante o pagamento de uma quota anual. (MESGRAVIS, s.d., p.403)

O descaso com os deficientes era muito grande, as rodas serviram para um alívio e uma forma que esses excluídos da sociedade pudessem ao menos ter o direito à vida.

Segundo Mesgravis (s.d., p.404) no Brasil as primeiras referências aos expostos são do século XVII embora as "rodas" só tenham sido instaladas em Salvador em data incerta, mas anterior a 1700, e no Rio de Janeiro em 1738.

No Brasil a forma como esses expostos eram criados foi um pouco diferente, alguns eram criados para trabalhar para os senhores donos de fazendas que necessitavam de um número grande de trabalhadores em suas fazendas.

É evidente que nessa sociedade patriarcal e "feudalizante" havia possibilidade para a absorção dos inúmeros bastardos e expostos originados pela exploração sexual da mulher índia e negra pelo senhor branco ou pela instabilidade da vida familiar dos agregados e moradores. Nos engenhos do Nordeste o exposto ali criado, assumia na idade adulta, a condição de agregado, para a realização de algumas tarefas que não podiam ser confiadas a escravos ou como força para militar. (MESGRAVIS, s.d., p.405)

A Educação Especial foi um marco na história do mundo. Foi um assunto abordado desde muitos séculos atrás para enfatizar um problema que os preconceituosos criaram.

A história da Educação Especial no mundo percorreu então, três paradigmas, o da Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes, estando esse último fundamentado técnico-cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social provenientes da convivência na diversidade e, sócio-politicamente, no princípio da igualdade, que aponta para a inclusão, entendida como o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p.13 apud CAPELLINI, s.d., p.6).

O deficiente ainda não conseguia garantir seu papel na sociedade amplamente. Buscar meios para uma inserção total e incondicional do deficiente só aconteceu com o passar dos anos.

Segundo Capellini (s.d., p.3) a partir do século XIX, houve grandes descobertas no campo da medicina, da biologia e da saúde, em que se passou a estudar os deficientes de modo a procurar respostas para seus problemas.

O deficiente precisa de um lugar no meio social em que se vive, deixando de ser excluído, discriminado e sempre tratado de forma errônea, como alguém que está com uma doença contagiosa.

A idéia da integração surgiu para derrubar a prática da exclusão social que percorreu vários séculos. As instituições foram se especializando para

atender pessoas com necessidades educacionais especiais. Todavia a segregação continuou sendo praticada. A ideia era prover serviços possíveis já que a sociedade não aceitava receber tais pessoas nos serviços existentes na comunidade. (CAPELLINI, s.d., p.4)

A inclusão essencial teria que tratar o deficiente como qualquer outra pessoa de direitos e deveres. A sociedade trás barreiras impedindo a possibilidade de promover uma aprendizagem conjunta e significativa ao deficiente.

No Brasil o deficiente sempre foi tratado de forma diferente. Tratou-se do assunto muitos anos atrás, ainda no Brasil colônia. Quando se viu a necessidade de educar o deficiente.

Em seu levantamento sobre a história da Educação Especial no Brasil, concluiu que sua origem se deu basicamente em instituições, com atendimento registrado em São Paulo, desde 1600, ainda no Brasil colônia, e que foi se expandindo timidamente. Assim a Educação foi sendo o centro de atenção e preocupação apenas nos momentos e na medida exata em que dela sentiram necessidade os segmentos da sociedade.(JANUZZI, 1992 apud CAPELLINI, s.d, p.6)

A Educação Especial foi se caracterizando por ações mais isoladas, com atendimentos primeiramente para deficiências consideradas leves e sobre o deficiente mental não se falava, pois era considerada uma deficiência grave e perigosa.

No Brasil não havia tanto desmerecimento aos deficientes, sendo criado aos poucos ambiente em que se pudesse trabalhar com essas pessoas com necessidades especiais. Segundo Mazzotta (2005, p.28) entre o período de 1854 a 1956, foram criadas iniciativas oficiais e particulares isoladas para o atendimento aos deficientes, e no período de 1957 a 1993 houve iniciativas oficiais de âmbito nacional.

Segundo Mazzotta (2005, p. 33-35) as iniciativas criadas seriam ambientes para melhor atender aos deficientes, para atendimentos dos deficientes visuais: em 1928 criou-se o “Instituto de Cegos Padre Chico” em São Paulo, em 1942 o “Instituto Benjamim Constant” no Rio de Janeiro, em 1946 a “Fundação para o Livro do Cego no Brasil” em São Paulo.

Em todo o Brasil se viu a necessidade de criar lugares para melhor atender os deficientes visuais, auditivos, mentais e físicos. Para que os deficientes se sentissem acolhidos, que pudessem ter um estudo e serem tratados como cidadãos.

Segundo Mazzotta (2005, p. 35-42) aos deficientes auditivos, foram criados em 1929 o “Instituto Santa Terezinha” na cidade de Campinas, em 1951 a “Escola

Municipal de Educação Infantil e de 1º grau para Deficientes Auditivos Helen Keller” na cidade de São Paulo e em 1954 o “Instituto Educacional São Paulo”. Para atendimento do deficiente físico foram criados meios de atendimento na “Santa Casa de Misericórdia de São Paulo” em 1931, o “Lar-Escola São Francisco” em 1943, a “Associação de Assistência à Criança Defeituosa – AACD” em 1950.

No Brasil o preconceito com os deficientes foi menos rígido. Até mesmo os deficientes mentais, que acreditavam que possuía doenças contagiosas, tiveram ambientes especialmente criados para atendê-los.

Segundo Mazzotta (2005, p. 42-49) já aos deficientes mentais, foram criados o “Instituto Pestalozzi de Canoas” 1926, a “Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais” 1935, a “Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro” 1948, a “Sociedade Pestalozzi de São Paulo” 1952, a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE do Rio de Janeiro” 1954 e a “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Paulo” 1961.

A história sobre os deficientes é extensa e passou por momentos difíceis, de muita luta em busca de direitos à vida, à educação, à cidadania, entre outros. Hoje o deficiente possui mais condições de acesso a viver como qualquer outro ser humano, buscando dispor dos seus direitos conquistados e realizando seus deveres como cidadão consciente.

2. Legislação

Ao ver a necessidade de inserir o deficiente no meio social e acadêmico no Brasil e no mundo, foram criadas leis que exigem a oferta de oportunidades de emprego, de educação especial escolar, de respeito à cidadania a esses deficientes, condições de acesso, entre outros.

O deficiente era e muitas vezes ainda é visto como alguém que não precisa estar no meio das pessoas consideradas normais. As pessoas acreditam que os deficientes não precisam gozar dos direitos e deveres que são expostos em declarações e leis que possuem os seres humanos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz em seu artigo III que todo ser humano tem o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Estando incluso neste direito os deficientes, que como qualquer outra pessoa é sim um ser humano.

Entre 1961 a 1971, desde o início da Lei nº 4.024/61, afirmando o direito dos excepcionais à educação, esta indica em seu Artigo 88 que, para integrá-los na comunidade, sua educação deverá, dentro do possível, enquadrar-se no sistema geral de educação. (MAZZOTTA, 2005, p.68-69)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos já trazia em seu artigo XXVI inciso 1 que todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

Somente em 1988 com Constituição Federal é que o deficiente pode ter seus direitos descritos em leis que deverão ser cumpridas e respeitadas por todas as entidades de ensino, pela sociedade e pelos órgãos governamentais.

Conforme a Constituição, no Capítulo III, Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, na Seção I da Educação, no artigo 205, a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A educação deve ser ministrada a todas as pessoas sem exceção. A lei apresenta que o deficiente tem seu lugar no meio social. Assim como qualquer pessoa, todos possuem direitos e deveres a serem cumpridos. A educação, segundo a Constituição Federal, em seu artigo 206 traz que todos possuem igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Outro documento que garante os direitos do deficiente para a educação especial é a Declaração de Salamanca, que foi organizada pelo governo espanhol juntamente com a UNESCO, na cidade de Salamanca entre 7 e 10 de junho de 1994.

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que culminaram no documento das Nações Unidas "Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências", o qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas com deficiências seja parte integrante dos sistema educacional. Notando com satisfação um incremento no envolvimento de governos, grupos de advocacia, comunidades e pais, e em particular de organizações de pessoas com deficiências, na busca pela melhoria do acesso à educação para a maioria daqueles cujas necessidades especiais ainda se encontram desprovidas; e reconhecendo como evidência para tal envolvimento a participação ativa do alto nível de representantes e de vários governos, agências especializados, e organizações inter-governamentais naquela Conferência Mundial. (ONU, 1994, s.p.)

A Declaração de Salamanca foi muito importante para reafirmar os direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais para que pudessem estudar no sistema regular de ensino junto com os demais alunos. A Declaração tem por princípio:

[...] de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares. No contexto desta Estrutura, o termo “necessidades educacionais especiais” refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem. Muitas crianças experimentam dificuldades de aprendizagem e portanto possuem necessidades educacionais especiais em algum ponto durante a sua escolarização. Escolas devem buscar formas de educar tais crianças bem-sucedidamente, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas. Existe um consenso emergente de que crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devam ser incluídas em arranjos educacionais feitos para a maioria das crianças. Isto levou ao conceito de escola inclusiva. O desafio que confronta a escola inclusiva é no que diz respeito ao desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severas.(ONU, 1994, s.p.)

Outro assunto de suma importância abordado na Declaração de Salamanca é a formação de professores, em que esses devem ser capacitados e preparados para trabalharem com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Treinamento pré-profissional deveria fornecer a todos os estudantes de pedagogia de ensino primário ou secundário, orientação positiva frente à deficiência, desta forma desenvolvendo um entendimento daquilo que pode ser alcançada nas escolas através dos serviços de apoio disponíveis na localidade. O conhecimento e habilidades requeridas dizem respeito principalmente à boa prática de ensino e incluem a avaliação de necessidades especiais, adaptação do conteúdo curricular, utilização de tecnologia de assistência, individualização de procedimentos de ensino no sentido de abarcar uma variedade maior de habilidades, etc. Nas escolas práticas de treinamento de professores, atenção especial deveria ser dada à preparação de todos os professores para que exercitem sua autonomia e apliquem suas habilidades na adaptação do currículo e da instrução no sentido de atender as necessidades especiais dos alunos, bem como no sentido de colaborar com os especialistas e cooperar com os pais.(ONU, 1994, s.p.)

Na lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, no seu artigo 1º, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Existem leis muito precisas para a inclusão do aluno na sociedade e na

escola: por exemplo, há a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que defende que o deficiente possui seus direitos e deveres como qualquer outro cidadão, que este tem o direito à vida, educação, acessibilidade, entre outros.

[...] barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; [...] profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas. (BRASIL, Lei nº 13.146, 2015)

Está explícito em lei que a pessoa com necessidades educacionais especiais possui o direito de acesso à escolarização, inclusive em rede regular de ensino, porém muitos ainda estão repulsos a esta lei.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado que o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, Lei nº 13.146, 2015)

O Brasil sempre esteve tentando se adaptar para receber o deficiente, criando meios e formas de adaptação, assim como leis que defendesse o deficiente. Hoje há municípios que se preocupam em receber o deficiente na escola e no meio social, mesmo que sejam poucos.

São relativamente poucos os municípios brasileiros que contam, em sua rede de ensino, com recursos educacionais municipais apropriados para a educação dos alunos portadores de deficiência. [...] os alunos portadores de deficiência podem ser adequadamente educados em situações comuns de ensino, ou, ainda, requer educação especial. De um modo ou de outro, a concretização de uma educação de melhor qualidade para tais alunos depende, em grande parte, de seu devido equacionamento nas políticas educacionais. (MAZZOTTA, 2005, p.184)

O processo de inclusão ainda é muito relativo. A escola e o Governo não podem continuar ignorando o deficiente, marginalizando as diferenças. É preciso

reverter esta situação, rever as leis, estudar maneiras de incluir o aluno especial e mostrar que a educação é realmente para todos.

A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.16)

O processo de inclusão não depende somente da instituição de ensino, do Governo, mas também de uma sociedade participativa que trate o deficiente como uma criança que precisa estar na escola como qualquer outro aluno.

Pensar em um modelo de inclusão ideal é simples, complexo é fazer desse modelo realidade, pois nem sempre se tem capacidade de dar ao aluno deficiente o que ele merece e precisa principalmente na rede regular de ensino que não se tem meios concretos e certos para ajudá-lo.

3. Estudo de Caso

Para complementação do trabalho que está sendo realizado, foi feito a observação de uma sala de aula da rede municipal de ensino. A sala possui vinte e três alunos, sendo dois deles alunos com necessidades educacionais especiais.

Durante a observação pôde-se notar que a professora encontra dificuldades ao trabalhar com tantos alunos e ainda desenvolver formas de ensino-aprendizagem diferenciadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Os alunos que não são deficientes respeitam, são carinhosos e ajudam os colegas que são deficientes. Os alunos dessa sala de aula possuem entre cinco e seis anos de idade, sendo a maioria moradores da zona rural. Para aprofundar o que foi visto na observação realizada nesta sala de aula, viu-se a necessidade de aplicar um questionário para a diretora, para a professora e para três alunos.

O questionário tinha por objetivo buscar entender como o tema “inclusão” era visto nesta escola, como era realizado o trabalho com esses alunos deficientes e se os professores estão aptos a trabalhar com os alunos com necessidades especiais.

Para a aplicação do questionário para as crianças, foi realizada uma conversa com os três alunos juntos e cada um foram respondendo de forma espontânea às questões levantadas.

Pude perceber que neste questionário para as crianças, houve uma conversão entre as ideias, apenas em uma questão teve divergência das ideias levantadas por eles.

Na primeira questão proposta foi perguntado se as crianças sabiam o que é inclusão, e todas disseram que não, mas durante a conversa pude perceber que essas crianças devido à idade, não sabiam o que o termo significa, porém todas elas faziam a inclusão acontecer de modo que estavam sempre ajudando qualquer colega.

Durante a segunda questão que abordava como era a convivência com os colegas que são deficientes, todos disseram que gostam de todos os colegas, pois brincam, fazem bagunça como afirmou um aluno, fazem as atividades em sala de aula, um desses alunos afirmou que todos os colegas são bonitos.

A diferença de ideias aparece somente nesta terceira questão, que buscava saber se eles acreditam que há ou não diferenças entre os colegas. O primeiro aluno disse que sim há diferença porque alguns não conseguem fazer as atividades que a professora pede e precisa de ajuda, mas que ele sabe fazer tudo. O segundo aluno também disse que sim, mas que a diferença está na cor, pois há alguns colegas negros inclusive ele e alguns são brancos, há meninas e meninos. Já o terceiro aluno disse que aprendeu com sua mãe que não existe diferença entre as pessoas que somos todos iguais.

Já na quarta questão foi perguntado se quando algum colega precisa de ajuda, alguém o ajuda. E todos disseram que sim, a professora ajuda, quando há algum estagiário ou até mesmo um colega ajuda aqueles que precisam.

Durante o questionário com a professora, conversamos um pouco a respeito desses alunos deficientes e ela afirmou que encontra muita dificuldade para trabalhar sozinha em uma turma grande e com alunos que possuem necessidades especiais. Foi perguntado a ela na primeira questão se a sala em que trabalha há alunos deficientes e de que tipo, ela respondeu que sim, há dois alunos deficientes com laudos específicos, sendo um com Síndrome de Down e outro com Paralisia Cerebral de grau leve.

Para a segunda pergunta foi questionado se esses alunos possuem dificuldades para acompanhar a turma, se sim há alguma metodologia diferenciada. A professora diz que sim e que tenta fazer um trabalho diferenciado, mas fica difícil devido à falta de uma sala recurso.

Na terceira questão foi indagado se ela aborda o tema “inclusão” na sala de aula e como, a professora disse que aborda de forma bastante superficial devido às crianças serem da educação infantil.

Na quarta pergunta foi questionado se os alunos que não possuem nenhum tipo de deficiência tem boa convivência com os alunos que são deficientes e ela disse que sim, todos interagem e possui muito carinho com eles.

Já na quinta questão foi perguntado se ela se considera uma professora apta a trabalhar com os alunos com necessidades educacionais especiais, e disse que não, porque nunca teve capacitação ou formação para trabalhar com alunos deficientes e que acredita que deixa a desejar quanto ao ensino desses alunos.

O terceiro questionário foi dado à diretora da escola, contendo seis questões. Para a primeira pergunta foi questionado de como ter a certeza de que um aluno com deficiência está apto a frequentar a escola. Como resposta disse que perante a lei todos tem esse direito e que as escolas regulares devem ser acolhedoras com foco na educação para todos.

Na segunda questão foi indagado sobre quantos alunos com deficiência há na escola e se algum possui professor apoio. Disse que há três alunos com laudos específicos e que cada aluno possui um professor apoio. Para essa questão há divergências de ideias entre a diretora e a professora, pois a professora diz ter que trabalhar sozinha em sua sala de aula, porém a diretora diz que todos os alunos com necessidades educacionais especiais possui um professor apoio. Não pude notar se esse apoio está fora da sala de aula.

Para a terceira questão foi perguntado se ela considera que a escola está trabalhando de forma inclusiva e como. Para resposta afirmou que o desafio é incluir, pois numa escola inclusiva a diversidade deve ser valorizada em detrimento da homogeneidade. O fortalecimento da inclusão através da escola deverá considerar as múltiplas diferenças promovendo as adaptações necessárias que atendem as necessidades de aprendizagem de cada aluno no processo educativo.

Na quarta pergunta foi questionado se ao promover à inclusão a escola revê o Projeto Político Pedagógico, o Currículo e a metodologia. Ela disse que sim, mas que ainda existem muitas dificuldades a serem superadas e dúvidas a serem esclarecidas, mas que entende que para haver uma alteração em nível de estrutura curricular, adaptação curricular e preparação profissional deverão acontecer primeiramente uma mudança na mentalidade daqueles que estão abertos a inclusão

como transmissores de conhecimento e agente abridor de portas para a sociedade a qual está inserido o educando com necessidades educacionais especiais.

Na quinta questão como a escola avalia o aluno deficiente, ela afirma que toda criança pode aprender levando em conta suas características pessoais de tempo e estilo de aprendizagem, seus conhecimentos prévios e necessidades especiais, as atividades avaliativas devem ser adaptadas de acordo com as possibilidades de cada aluno e os aspectos qualitativos devem sobrepor aos quantitativos.

Para a sexta e última pergunta, foi questionado se a escola possui projetos que ajude os professores a serem capacitados a trabalhar com esses alunos com necessidades educacionais especiais. Como resposta disse que informação é a chave para a inclusão, todos nós podemos aprender juntos esse é o princípio da educação inclusiva, mas temos que levar em consideração dificuldades e diferenças em turmas heterogêneas. É necessário que o professor pense e repense sobre o planejamento das aulas, assuma uma postura de mudança na práticas educacionais, pois somente a partir dessas modificações se pode garantir a inclusão e isso provoca as escolas e seus professores a atualizarem suas práticas pedagógicas para adequar-se às exigências de uma sociedade do conhecimento que rejeita barreiras e preconceitos de toda ordem dentro e fora da sala de aula, preparando o aluno deficiente para o pleno exercício da cidadania.

Para concluir a análise dos questionários propostos para complementação deste trabalho, pude notar que as escolas de um modo geral passam por momentos difíceis em questão a sua adaptação para ensinar e acolher o aluno deficiente. A escola observada tenta adaptar o que for necessário a qualquer aluno e em especial aos deficientes, mas ainda há muitas questões para solucionar os problemas de uma escola que tenta ser inclusiva, por exemplo, ainda há a escassez de profissionais capacitados para o trabalho com esses alunos, há falta de salas recursos para melhor atender o aluno e ainda falta estrutura para melhor atender ao deficiente.

Sobre as questões respondidas pude perceber que numa visão geral as crianças tentam ajudar os colegas que são deficientes e não fazem discriminação em relação aos alunos deficientes. Já a professora acredita não está apta a ensinar aos seus alunos que são deficientes e há muitos alunos nesta sala de aula, pude

notar que a escola ainda precisa rever sua forma de abordar o tema inclusão, levar meios de adaptação, recursos e formas para formação acadêmica dos professores.

Considerações Finais

O processo de inclusão deve ser o caminho para o pleno desenvolvimento da cidadania, a escola é a principal chave para mostrar ao aluno com necessidades educacionais especiais que ele tem seu lugar no mundo em que vive que esse aluno pode como qualquer outro ter uma vida digna, sem ser rotulado, discriminado ou abandonado da sociedade. Entretanto, não adianta discutir o tema abordado somente no papel, é preciso transformar esse idealismo em prática, em rotina e em meios de mudança para uma realidade bem próxima.

Em todas as leituras desempenhadas podemos ver que o deficiente não era tratado com dignidade, com respeito e com atenção. O deficiente era tido como um problema para a sociedade, um impasse para que a família pudesse viver uma vida normal sem um empecilho. A sociedade crucificou o deficiente, deixando-os largados à mercês de um cuidado, muitas vezes na sarjeta para morrerem, ou ainda de forma menos absurda, davam essas crianças para outras pessoas de forma oculta pudesse cuidar.

Pode-se notar que a história pela qual passa o processo de inclusão é longa e cheia de entrelinhas, em que desde muitos anos atrás o deficiente existia, mas não tinha o direito de viver, de ter liberdade, de estudar ou de cumprir com sua cidadania. Somente a poucos anos que se viu a necessidade de se ter leis que amparem o deficiente para que ele possa viver de forma digna, mas ainda sim há muito o que mudar para que o deficiente tenha um bom futuro.

A pesquisa mostra que o processo de inclusão aos alunos com necessidades educacionais especiais ainda é idealista, que precisa de apoio dos mais diversos órgãos competentes e da sociedade para conseguir reafirmar os direitos do cidadão, mesmo sendo ele deficiente. As leis que amparam o deficiente é vigente, real, mas que deixa a desejar quanto a realidade vivida por esses alunos.

Durante o estudo de caso nota-se que a escola tenta fazer da instituição de ensino um lugar de inclusão, mas a mesma possui dificuldades por ter que muitas vezes trabalhar de forma isolada. Não há apoio o suficiente e não se pode fazer sozinha uma coisa em que todos deveriam ajudar de forma direta ou indiretamente.

A formação dos professores para trabalhar com os alunos deficientes é escassa e deixa a desejar, pois os mesmos não estão aptos a trabalhar de forma clara e eficaz com os alunos deficientes.

Outro fator importante que impede o bom desempenho do professor são as salas de aulas muito cheias, impedindo o professor de trabalhar com os alunos de forma competente a ensiná-lo de fato. O professor precisa de apoio, melhor formação e um bom planejamento.

O trabalho tinha por objetivo investigar quando surgiu a necessidade de estudar a pessoa deficiente, como esse deficiente era visto pela sociedade antigamente, mostrar que existem leis que amparam o deficiente no seu pleno desenvolvimento de cidadania e descrever um pouco da realidade do deficiente na sociedade atual. Esse objetivo foi alcançado, não de forma esperada, pois o pensamento de início era apenas o ideal, era apenas de forma que acreditava ser, mas ao realizar as leituras notou-se que era bem diferente do esperado. A realidade do aluno com deficiência não é aquilo que se espera de uma sociedade que vive em pleno século XXI, o que se espera é que o aluno com necessidades educacionais especiais tenha apoio para ter uma formação acadêmica seja ela qual for, ter o direito de ir e vir a todos os lugares, ter o direito à vida como qualquer outro ser vivo.

Ao concluir a investigação percebe-se que ainda há muito o que mudar para a inclusão de fato acontecer, é preciso tornar o ideal algo possível, perante as leis todos tem direitos que devem ser cumpridos e esse objetivo deve partir de todas as pessoas, não basta apenas a escola se tornar inclusiva se a sociedade discrimina o deficiente.

Referências:

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm> Acesso em: 03 nov. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 03 nov. 2017.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. **História da educação especial**: em busca de um espaço na história da Educação Brasileira. São Paulo, s.r. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHO_S/V/Vera%20lucia%20messias%20fialho%20capellini.pdf> Acesso em: 25 out. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MESGRAVIS, Laima. **A assistência à infância desampara e a santa casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX.** São Paulo, 1973.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial.** São Paulo, Unimep, 2003.

ONU. **Declaração de Salamanca**, 1994. Disponível em:
<portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 04 jun. 2018.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em:
<www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf> Acesso em: 04 jun. 2018.